

→☆continuação			Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. (Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10																																																																																																											
Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Pagamentos de arrendamentos: Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. i) Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j) Benefícios a empregados: Benefícios de término de vínculo empregatício: Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. Assistência médica complementar: Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos. A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 20. k) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. l) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. m) Imposto de renda e contribuição social: Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação																																																																																																														
das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. n) Resultado por ação: O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. o) Demonstrações dos fluxos de caixa: A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. p) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.																																																																																																														
<table><tr><th>Pronunciamento</th><th>Descrição</th><th>Vigência</th></tr><tr><td>IFRS 9 - Instrumentos Financeiros</td><td>Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.</td><td>Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.</td></tr><tr><td>IFRS 15 - Receitas com Clientes</td><td>Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita.</td><td>Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.</td></tr><tr><td>IFRS 16 - Arrendamentos</td><td>Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.</td><td>Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.</td></tr><tr><td>Modificações à IAS 7/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis</td><td>Iniciativa de Divulgação.</td><td>Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.</td></tr></table>						Pronunciamento	Descrição	Vigência	IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.	IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.	Modificações à IAS 7/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.																																																																																										
Pronunciamento	Descrição	Vigência																																																																																																												
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.																																																																																																												
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.																																																																																																												
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.																																																																																																												
Modificações à IAS 7/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.																																																																																																												
A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente, principalmente no que se refere à aplicação do IFRS 16 de arrendamentos. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Transações com Partes Relacionadas: a) Contas-correntes: Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia tinha registrado em "Outros passivos" valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.																																																																																																														
<table><tr><td></td><td>31/12/2016</td><td>31/12/2015</td></tr><tr><td>Passivo circulante:</td><td>77</td><td>63</td></tr><tr><td>Santos Brasil Participações S.A.</td><td></td><td></td></tr><tr><td>b) Remuneração do pessoal-chave: A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$92 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$86 em 31 de dezembro de 2015). Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.</td><td></td><td></td></tr><tr><td>c) Benefícios a colaboradores: A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2016, esses benefícios representaram a aplicação de R\$4.494 (R\$4.396 em 31 de dezembro de 2015), correspondentes a 7,35% e 9,51%, respectivamente, de sua receita operacional líquida.</td><td></td><td></td></tr><tr><td>5. Caixa e Equivalentes de Caixa:</td><td>31/12/2016</td><td>31/12/2015</td></tr><tr><td>Caixa e saldo em bancos</td><td>2.168</td><td>751</td></tr><tr><td>6. Contas a Receber de Clientes:</td><td>31/12/2016</td><td>31/12/2015</td></tr><tr><td>Circulante:</td><td></td><td></td></tr><tr><td>No País</td><td>8.942</td><td>4.686</td></tr><tr><td>(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td><td>(1.396)</td><td>(264)</td></tr><tr><td>Total</td><td>7.546</td><td>4.422</td></tr><tr><td>O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:</td><td>31/12/2016</td><td>31/12/2015</td></tr><tr><td>Créditos a vencer</td><td>6.140</td><td>2.497</td></tr><tr><td>Créditos em atraso até 60 dias</td><td>1.253</td><td>1.491</td></tr><tr><td>Créditos em atraso de 61 a 90 dias</td><td>153</td><td>72</td></tr><tr><td>Créditos em atraso de 91 a 180 dias</td><td>404</td><td>124</td></tr><tr><td>Créditos em atraso de 181 a 360 dias</td><td>408</td><td>342</td></tr><tr><td>Créditos em atraso há mais de 361 dias</td><td>584</td><td>160</td></tr><tr><td>Total</td><td>8.942</td><td>4.686</td></tr><tr><td>Redução por perda do valor recuperável: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias. Na comparação com 31 de dezembro de 2015, observa-se um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$1.132 (R\$211 em 31 de dezembro de 2015), principalmente relacionadas ao ajuste para um critério mais conservador de tais provisões de clientes anteriormente listados como sem risco de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram baixados títulos diretamente ao resultado do exercício no montante de R\$111 (R\$168 em 31 de dezembro de 2015). O efeito total no resultado do exercício foi de R\$1.243 (R\$379 em 31 de dezembro de 2015).</td><td></td><td></td></tr><tr><td>7. Estoques:</td><td>31/12/2016</td><td>31/12/2015</td></tr><tr><td>Material de manutenção</td><td>1.782</td><td>1.307</td></tr><tr><td>Material administrativo</td><td>55</td><td>54</td></tr><tr><td>Material de segurança</td><td>76</td><td>80</td></tr><tr><td>Outros</td><td>66</td><td>24</td></tr><tr><td>Total</td><td>1.979</td><td>1.465</td></tr><tr><td>Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.</td><td></td><td></td></tr><tr><td>8. Ativo Fiscal Corrente:</td><td>31/12/2016</td><td>31/12/2015</td></tr><tr><td>Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF</td><td>37</td><td>45</td></tr><tr><td>Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL</td><td>269</td><td>269</td></tr><tr><td>Imposto retido na fonte sobre o faturamento</td><td>399</td><td>399</td></tr><tr><td>Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS</td><td>136</td><td>112</td></tr><tr><td>Outros</td><td>77</td><td>100</td></tr><tr><td>Total</td><td>918</td><td>925</td></tr></table>							31/12/2016	31/12/2015	Passivo circulante:	77	63	Santos Brasil Participações S.A.			b) Remuneração do pessoal-chave: A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$92 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$86 em 31 de dezembro de 2015). Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.			c) Benefícios a colaboradores: A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2016, esses benefícios representaram a aplicação de R\$4.494 (R\$4.396 em 31 de dezembro de 2015), correspondentes a 7,35% e 9,51%, respectivamente, de sua receita operacional líquida.			5. Caixa e Equivalentes de Caixa:	31/12/2016	31/12/2015	Caixa e saldo em bancos	2.168	751	6. Contas a Receber de Clientes:	31/12/2016	31/12/2015	Circulante:			No País	8.942	4.686	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.396)	(264)	Total	7.546	4.422	O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:	31/12/2016	31/12/2015	Créditos a vencer	6.140	2.497	Créditos em atraso até 60 dias	1.253	1.491	Créditos em atraso de 61 a 90 dias	153	72	Créditos em atraso de 91 a 180 dias	404	124	Créditos em atraso de 181 a 360 dias	408	342	Créditos em atraso há mais de 361 dias	584	160	Total	8.942	4.686	Redução por perda do valor recuperável: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias. Na comparação com 31 de dezembro de 2015, observa-se um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$1.132 (R\$211 em 31 de dezembro de 2015), principalmente relacionadas ao ajuste para um critério mais conservador de tais provisões de clientes anteriormente listados como sem risco de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram baixados títulos diretamente ao resultado do exercício no montante de R\$111 (R\$168 em 31 de dezembro de 2015). O efeito total no resultado do exercício foi de R\$1.243 (R\$379 em 31 de dezembro de 2015).			7. Estoques:	31/12/2016	31/12/2015	Material de manutenção	1.782	1.307	Material administrativo	55	54	Material de segurança	76	80	Outros	66	24	Total	1.979	1.465	Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.			8. Ativo Fiscal Corrente:	31/12/2016	31/12/2015	Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	37	45	Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	269	269	Imposto retido na fonte sobre o faturamento	399	399	Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	136	112	Outros	77	100	Total	918	925
	31/12/2016	31/12/2015																																																																																																												
Passivo circulante:	77	63																																																																																																												
Santos Brasil Participações S.A.																																																																																																														
b) Remuneração do pessoal-chave: A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$92 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$86 em 31 de dezembro de 2015). Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.																																																																																																														
c) Benefícios a colaboradores: A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2016, esses benefícios representaram a aplicação de R\$4.494 (R\$4.396 em 31 de dezembro de 2015), correspondentes a 7,35% e 9,51%, respectivamente, de sua receita operacional líquida.																																																																																																														
5. Caixa e Equivalentes de Caixa:	31/12/2016	31/12/2015																																																																																																												
Caixa e saldo em bancos	2.168	751																																																																																																												
6. Contas a Receber de Clientes:	31/12/2016	31/12/2015																																																																																																												
Circulante:																																																																																																														
No País	8.942	4.686																																																																																																												
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.396)	(264)																																																																																																												
Total	7.546	4.422																																																																																																												
O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:	31/12/2016	31/12/2015																																																																																																												
Créditos a vencer	6.140	2.497																																																																																																												
Créditos em atraso até 60 dias	1.253	1.491																																																																																																												
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	153	72																																																																																																												
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	404	124																																																																																																												
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	408	342																																																																																																												
Créditos em atraso há mais de 361 dias	584	160																																																																																																												
Total	8.942	4.686																																																																																																												
Redução por perda do valor recuperável: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias. Na comparação com 31 de dezembro de 2015, observa-se um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$1.132 (R\$211 em 31 de dezembro de 2015), principalmente relacionadas ao ajuste para um critério mais conservador de tais provisões de clientes anteriormente listados como sem risco de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram baixados títulos diretamente ao resultado do exercício no montante de R\$111 (R\$168 em 31 de dezembro de 2015). O efeito total no resultado do exercício foi de R\$1.243 (R\$379 em 31 de dezembro de 2015).																																																																																																														
7. Estoques:	31/12/2016	31/12/2015																																																																																																												
Material de manutenção	1.782	1.307																																																																																																												
Material administrativo	55	54																																																																																																												
Material de segurança	76	80																																																																																																												
Outros	66	24																																																																																																												
Total	1.979	1.465																																																																																																												
Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.																																																																																																														
8. Ativo Fiscal Corrente:	31/12/2016	31/12/2015																																																																																																												
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	37	45																																																																																																												
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	269	269																																																																																																												
Imposto retido na fonte sobre o faturamento	399	399																																																																																																												
Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	136	112																																																																																																												
Outros	77	100																																																																																																												
Total	918	925																																																																																																												
continua→☆																																																																																																														